

O DESAFIO DE DIZER A CULTURA EM ANÁLISE DO DISCURSO DE ORIENTAÇÃO PECHEUTIANA

THE CHALLENGE OF SAYING THE CULTURE IN DISCOURSE ANALYSIS OF PECHEUTIAN ORIENTATION

Thaís Valim Ramos¹

RESUMO: *Este artigo, situado no âmbito da análise do discurso pecheutiana, busca discutir o conceito de cultura neste campo de estudo. Nesta reterritorialização é necessário relacionar o conceito de cultura com conceitos chave nesta área, tal qual a ideologia. Na busca por um ponto de encontro entre estes conceitos podemos encontrar alguma resistência por parte de teóricos dado o caráter fixista atribuído à cultura. Entretanto, consideramos que este caráter fixista da cultura é um efeito ideológico que visa garantir a resignação dos sujeitos ao grupo ao qual pertencem. Ao trazermos a cultura para o campo da AD, reconhecemos seu caráter ilusório, como também seu caráter dinâmico, o qual permite conceber a cultura como um “lugar de interpretação” (DeNardi, 2007), no qual subjazem as relações de poder.*

PALAVRAS-CHAVE: cultura; ideologia; análise do discurso.

ABSTRACT: *This article within the scope of the discourse analysis seeks to discuss the concept of culture in this field of study. In this reterritorialization it is necessary to relate the concept of culture to key concepts in this area, such as ideology. In the search for a point where these concepts meet, some resistance from theorists may be faced due to the fixed aspect given to culture. However, we consider that this fixed aspect of the culture is an ideological effect that aims to guarantee the resignation of subjects to the group which they belong to. By bringing the culture to the field of discourse analysis we recognize its misleading aspect, as well as its dynamic aspect, which allows us to conceive the culture as a “place of interpretation” (DeNardi, 2007), in which underlie the power relations.*

KEYWORDS: culture; ideology; discourse analysis.

A preocupação em determinar os contornos da cultura e dizer o que ela compreende ou não pode levar a um pensamento fixista, a uma preocupação em determinar suas margens que, por consequência, acaba restringindo ou ampliando demais o lugar que lhe cabe, podendo, assim, a cultura, de forma pouco criteriosa, ser qualquer coisa. Este pode ser um dos

¹ Mestra em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP (UPM) e Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente na Universidade de Passo Fundo. Participante do grupo de pesquisa "Oficinas em Análise do Discurso: conceitos em movimento" (UFRGS) liderado pela Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira.

motivos pelos quais esse conceito tenha ficado à margem na Análise do Discurso, mas agora está buscando o seu espaço neste campo de estudo.

Pêcheux não nos dá uma definição de cultura, no entanto, encontramos em suas obras referências a esta noção, as quais nos dão pistas de como entendê-la conforme nos mostra Esteves (2014) em sua tese de doutorado. O autor faz uma busca nas obras de Pêcheux a fim de observar como o significante cultura figura nestes textos. Algumas das ocorrências encontradas são:

O efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual engajando a promessa de uma revolução cultural, que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente biossocial. (PÊCHEUX, 2006 [1983], p. 45).

[...] a revolução cultural estruturalista não deixou de fazer pesar uma suspeita absolutamente explícita sobre o registro do psicológico [...] ao mesmo tempo, esse movimento anti-narcísico (cujos efeitos políticos e culturais não estão, visivelmente, esgotados) balançava em uma nova forma de narcisismo teórico. (Ibidem, p. 46).

Encarada seriamente (isto é, de outro modo que apenas uma simples ‘troca cultural’) essa aproximação engaja concretamente maneiras de trabalhar sobre as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido. (Ibidem, p. 49).

O neo-marxismo anglo-americano é amplamente, nos seus desenvolvimentos atuais, um efeito universitário (ligado em grande parte às recaídas do estruturalismo político europeu), isto é, um marxismo sem ‘órgãos’ [...] que não sejam intelectuais. O que não quer, aliás, dizer que, com a ajuda do espírito ‘pragmático’ da cultura anglo-americana, este efeito não tenha repercussões sobre o campo cultural, ideológico e político, e que ele não reserve alguma surpresa aos que celebram “o fim do marxismo”! (Ibidem, p. 64).

Os dois primeiros usos de "cultural", Esteves (2014) entende que, se ligam diretamente a um olhar do status das ciências humanas pré-estruturalistas, ainda não afetadas pela trilogia Marx-Freud-Saussure. Seu uso coloca em xeque as certezas de uma divisão humana bio-psicossocial, deslocando e transformando os pressupostos e sentidos supostamente estáveis no campo das ciências humanas. Nas duas ocorrências seguintes, Esteves (2014) chama atenção para o fato de Pêcheux colocar em ordens distintas as noções de cultura, política, ideologia, filosofia e estética, ou seja, a cultura, embora relacionada às questões de ideologia e política, ocupa um lugar diferente. Esteves (2014) ainda aponta um possível início para a discussão da cultura nesta área em uma outra citação de Pêcheux:

Na realidade, é mais conveniente conceber a língua (objeto da linguística)

como a base sobre a qual processos se constroem; a base linguística caracteriza, nesta perspectiva, o funcionamento da língua em relação a si própria, enquanto realidade relativamente autônoma; e é preciso, por conseguinte, reservar a expressão *processo discursivo* (processo de produção do discurso) ao funcionamento da base linguística em relação a representações [...] postas em jogo nas relações sociais. Isto permite compreender por que formações ideológicas muito diversas podem se constituir sobre uma única base (resposta ao problema: uma só língua/várias culturas). (PÊCHEUX, 2011 [1971], p. 128).

A cultura, nesta citação, compreende uma das três ordens – linguística, ideológica e cultural – relacionadas aos processos discursivos que ocorrem na base da língua. Questionamos, então, junto com Esteves (2014, p. 282), "como pensar, levando em conta o conjunto de noções da AD e também seus objetivos como disciplina de interpretação da dominação nas relações sociais, uma mesma língua e várias ideologias, se é nas línguas que se reconhece a materialização ideológica?" A resposta de Pêcheux situa-se precisamente na cultura.

Para falar da cultura em AD, precisamos situá-la em relação aos conceitos-chaves da área, tal qual ideologia, cuja relação com a cultura é bastante íntima, como veremos. Mariani (2009, p. 45), partindo das pistas deixadas por Pêcheux, define a cultura

[...] como resultante de práticas dos sujeitos e entre sujeitos que remetem para um estado de coisas num determinado momento e em um determinado lugar em uma formação histórica; práticas vinculadas a maneiras de se relacionar em sociedade. Ao mesmo tempo, são práticas não dissociadas dos modos sócio-históricos de produção, reprodução, resistência e transformação dos sentidos. Práticas expostas também à errância e à não-totalidade dos processos de significação.

Esta citação de Mariani nos ajuda a pensar a cultura como resultado das práticas dos sujeitos que, dentro de uma formação social ao mesmo tempo em que está associada aos modos sócio-históricos de (re)produção dos sentidos, assenta-se como materialização da ideologia. Temos, assim, a ideologia determinando os sentidos de uma cultura, que fornece a seus membros a ilusão de unidade, de pertencimento através de suas práticas e rituais a serem assimilados e reproduzidos.

Outra definição para cultura encontramos em Rodriguez (2003, p.80)

A cultura é a materialização da relação entre os sujeitos e o espaço. Essa relação ideológica, logo,
*A cultura é a materialização da relação do espaço com a ideologia
é o modo particular como a ideologia se materializa no espaço
o modo particular como a ideologia se espacializa.*

A ideologia se materializa no espaço, no sujeito e na língua de uma maneira particular: é a essa particularidade que se refere a cultura, a esse caráter material, local, particular do espaço, das sociedades, das línguas (pensadas aqui enquanto *idiomas*)

A cultura é a materialidade (materialização) da ideologia num espaço-tempo determinado. (grifos do autor)

Ambas as definições (de Mariani e de Rodriguez) concebem a cultura como resultado de um trabalho político, em oposição à ideia de que a relação sujeito e cultura está determinada naturalmente. Dessa forma, a correspondência do sujeito com o mundo se dá pela sua capacidade de simbolização em meio ao jogo de poder instaurado na sociedade em que se encontra.

No texto “Delimitação, inversões, deslocamentos”, Pêcheux (1990, p. 17) retoma Althusser (1970) dizendo que “as práticas ideológicas são aí caracterizadas como ‘reguladas por rituais nos quais as práticas se inscrevem no seio da existência de um aparelho ideológico, mesmo que seja uma mínima parte deste aparelho [...]’”. O que seriam essas práticas e rituais senão o que entendemos por cultura, recebendo seus sentidos da ideologia? Na obra “Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio” (2009 [1975], p. 146), Pêcheux afirma: “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser”. Esses “hábitos” e “usos” entendemos como parte das práticas e, portanto, da cultura.

É a ideologia, materializada na cultura, que gera a evidência que faz com que um enunciado adquira determinado sentido sob a ilusão da transparência da linguagem, e aqui cabe trazer Laraia (1986, p. 67), que diz que “homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas”. Trata-se de lentes programadas a partir de sentidos já estabelecidos e que são tomados como referência. Assim, é a partir da cultura da qual o sujeito faz parte que sua lente para ver o mundo é programada.

É dentro de uma cultura, de onde opera o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo, etc.), que o sujeito é observado, de onde se fala do e ao sujeito. A cultura pode ser comparada a uma “jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GUINZBURG, 1989, p. 27). À vista disso, o sujeito tem opções limitadas para escolher dentro de uma cultura, opções que são estabelecidas de acordo com as posições que ocupa na sociedade.

De Nardi (2007) traz que a cultura, como a ideologia, interpela os indivíduos em sujeitos no sentido de que, ao nascer, não escolhemos a língua, as estruturas, a comida, a família ou a cidade, mas nos limitamos a incorporar e reproduzir as relações simbólico-

políticas já sedimentadas que dão a ilusão de unidade. Unidade impossível de existir, já que, como dissemos, a cultura não é homogênea. Conforme os sujeitos se inscrevem em diferentes formações discursivas – ou seja, a partir da posição que ocupam numa conjuntura dada, determinada pela luta de classes – lhes é fornecido o que pode e deve ser dito. Assim, os sentidos, mesmo dentro de uma mesma cultura, mudam de acordo com as posições daqueles que os empregam – posições com referência às formações ideológicas.

A cultura trata, então, das diferentes maneiras de agir, de se portar em distintas formações sociais, a exemplo da parábola de Keesing, citada por Laraia (1986, p. 72). A parábola conta que uma jovem na Bulgária ofereceu um jantar para os estudantes americanos, colegas de seu marido, e entre eles estava um jovem asiático. A anfitriã, após os convidados terem terminado de comer, perguntou se eles gostariam de repetir, pois uma anfitriã búlgara nunca permitiria que seus convidados saíssem da mesa famintos. O estudante asiático aceitou um segundo prato, um terceiro enquanto a anfitriã desesperadamente preparava mais comida na cozinha. Ao final do quarto prato o estudante caiu no chão, convencido de que agiu da melhor forma, sem insultar a anfitriã pela recusa da comida que lhe era oferecida, conforme costume do seu país.

Todas as ações humanas são práticas de significação e, portanto, ideológicas, que dão aos sujeitos direções de como se portar dentro de um grupo. A cultura, assim como a ideologia, é constitutiva dos sujeitos. O efeito ideológico elementar produz a evidência de que somos sempre já sujeitos e praticamos os rituais do reconhecimento ideológico, o que nos assegura o fato de sermos sujeitos concretos e insubstituíveis. Enquanto sujeitos que sempre já somos, fazemos parte de uma cultura que nos dá os sentidos ali permitidos. Para fins de exemplificação, tomemos um fato simples e cotidiano: quando encontramos alguém conhecido na rua, no Brasil, apertamos a mão e perguntamos “como vai?”, essa é uma prática de reconhecimento ideológico, porém esse ritual não é igual em diferentes lugares do mundo, fato que atesta a presença da cultura como meio de reconhecer a ideologia. O modo como a economia, a política, as instituições são pensadas relacionam-se aos hábitos e sentidos comuns que foram se forjando na história, assim como os conflitos e a maneira como foram se resolvendo e significando dentro de uma cultura foram moldando o imaginário dos sujeitos. É válido ressaltar que tal processo é apagado no momento mesmo em que acontece, produzindo como consequência um efeito de evidência. Desse modo, para o sujeito, não parece existir outra forma além daquela que ele “vê” diante de si.

São processos "coisificados", não reconhecidos como um fazer, eles parecem ter vida própria e interpelam de um âmbito superior ao dos sujeitos, como se pertencessem a uma

entidade transcendente e não pudessem ser modificados. Todavia, a cultura trata de uma construção realizada por sujeitos, que, por sua vez, são resultados de realizações anteriores. Estas realizações abarcam palavras, gestos, alimentos, assim como sistemas de governo, religiões, divisões, concepções de raça e de gênero, entre outros. Trata-se de dizeres que fazem parte do interdiscurso, e que são retomados pela memória discursiva dos sujeitos. São dizeres que foram falados antes em outro lugar e que funcionam sob a dominação do complexo das formações ideológicas, as quais fornecem aos sujeitos, através do hábito, das práticas e rituais da cultura, o que é e o que deve ser.

A cultura funciona, nessa direção, como um lugar de produção de sentidos que age naturalizando e mascarando as condições de produção e, assim, legitimando sentidos. Ferreira (2011, p. 59) aponta que

[...] o que é relevante ressaltar é que a cultura, por esse viés discursivo, se torna um lugar de produção de sentidos, que muitas vezes são naturalizados e passam a reforçar o efeito de apagamento da historicidade de certos fatos sociais. Isso determina a quase banalização de certos comportamentos distintos e idiossincráticos de determinados povos e comunidades, sendo-lhes atribuída a mesma explicação: *isso é cultural*.

A autora (ibidem) diz ainda que o cultural, ao invés de apontar para o diferente, serve para encobrir o mesmo. Os sentidos vão sendo, assim, cristalizados através do processo de repetição, levando a outros espaços de identificação, legitimando esses sentidos sem necessidade de comprovação.

A cultura é, no campo da AD, entendida como espaço de criticidade, de interpretação, que não garante uma perfeita interação entre os sujeitos de culturas diferentes, assim como não garante uma perfeita interação nem mesmo com sujeitos de uma mesma cultura. O aprendizado de uma cultura é impossível, dado que "as coisas-a-saber de uma cultura são tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagem por interação" (PÊCHEUX, 2012 [1981], p. 54).

Um dos efeitos da cultura, portanto, é a divisão dos sujeitos que cria uma ilusão de unidade entre aqueles que estão dentro e aqueles que estão fora. Esse imaginário que separa/divide quem está dentro e quem está fora ofusca a enorme variedade de comportamentos que existem dentro de uma mesma cultura – efeito necessário para criar vínculo entre os integrantes de um coletivo. Os símbolos passam a ser a própria comunidade, que, legitimada, é celebrada por seus membros. A ideia de unidade proporcionada pela cultura contribui para a criação do sentimento de nacionalidade ou de regionalidade, o que, no Brasil, é notável pelo fato de ser um país muito grande. Recorre-se à tradição a fim de classificar

pessoas e demarcar limites, funcionando como ponto de referência para se estabelecer uma identidade nacional. Nessa direção, aspectos ditos da cultura, como festas cívicas, desfiles pátrios, bandeiras, hinos e heróis nacionais, ensinados nas escolas e família, são uma espécie de alicerce para que os sujeitos se sintam membros da mesma comunidade e para que, no seu imaginário, edifiquem o sentimento comum de pertencimento ao seu país, ao mesmo tempo em que as diferenças culturais são estabelecidas para diferenciar os povos e determinar fronteiras.

É importante ressaltar que os sentidos das práticas não são homogêneos dentro de uma cultura, como já foi dito anteriormente. Os padrões, as regras, estão postos, porém é impossível a participação do sujeito em todos os aspectos da cultura, já que não está familiarizado com todos eles. Assim, para fazer parte de uma cultura, o sujeito deve participar de um mínimo de práticas para poder se relacionar e ser reconhecido pelos demais membros.

Essa impossibilidade de participar de todas as dimensões de uma cultura está relacionada também aos lugares que os sujeitos ocupam na sociedade, bem como seu lugar discursivo. Portanto, mesmo dentro de uma sociedade, não se tem uma unidade cultural, mas, para fins classificatórios, a cultura serve para estabelecer fronteiras, do mesmo modo que pode adquirir uma função segregadora, tomando como referência seu território. Surgem, assim, argumentos contra a imigração a fim de defender sua cultura e reafirmar seu sentimento de pertencimento.

A ideia da cultura como homogeneizante das formações sociais e fundadora da unidade nacional constitui-se numa força reguladora da vida coletiva e peça importante no exercício do poder, inculcando valores e crenças. Essa ideia serviu e serve para que se estabeleça uma relação de dominação. Segundo Esteves (2014, p. 283), "a cultura tem sido uma noção que apaga a ordem do político e sujeito, que silencia os conflitos, que funciona na ilusão de homogeneizar formações sociais e que acaba disputando com o significante *sociedade* o próprio objeto das ciências". O uso da cultura no apagamento das ordens do político, do sujeito e do ideológico sob uma forma de universalidade e neutralidade é uma arma política e ideológica usadas na manutenção do poder. É justamente esse uso da cultura que deve fazer com que os analistas do discurso se voltem para essa noção, a fim de refletirmos sobre o papel desta na produção dos sentidos que guiam, justificam e naturalizam essa relação de dominação, criando um imaginário de cultura que visa a sua padronização. Conforme Orlandi (1996, p. 206),

[...] a característica das revoluções burguesas é, pois, absorver as diferenças para universalizar as relações jurídicas, no momento em que se universalizam a circulação do dinheiro, das mercadorias e dos trabalhadores 'livres'. E para se tornarem cidadãos (e urbanos) os sujeitos têm de se livrar dos particularismos históricos que os entravam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus preconceitos e sua língua materna.

A cultura serve, neste sentido, como forma de domesticar a diferença da mesma forma que "a ciência, a política social e a religião se apresentam como três modos de domesticar a diferença". (ORLANDI, 2008, p. 67). Essa forma de domesticação das diferenças e fechamento das fronteiras de um país em nome de uma cultura justifica os lugares ocupados pelos sujeitos, bem como fabrica o sentimento de pertencer a esse lugar, assim, sob a ameaça da exclusão, o sujeito deve (re)produzir e submeter-se às relações de dominação existentes sob a ilusão de que está no controle das suas escolhas. Nesta direção, Escobar (1979, p. 187) diz que a cultura

[...] é bem mais que uma noção, ela é, na verdade, um aparelho cultural que disciplina "bens culturais" diversificados em discursos e práticas culturais que subvencionam os aparelhos escolares, jurídicos, o aparelho familiar, e ajudam a sedimentar tanto as práticas realizadoras do efeito ideológico de sujeito quanto sustentam – em suas razões "civilizatórias" – os rituais de dominação que disciplinam por dentro os AIE.

Assim, através dos discursos da cultura, os sujeitos têm a ilusão de possuir um laço com sua nação, laço que produz um efeito de identificação. Pêcheux (2009 [1975]) apresenta as formas de identificação, a modalidade que mais se aproxima da forma-sujeito dominante na formação ideológica é a do "bom sujeito". Nas palavras do autor (ibidem, p. 199),

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a 'tomada de posição' do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do 'livre consentimento': essa superposição caracteriza o discurso do "bom sujeito" que reflete espontaneamente o Sujeito.

Este é o sujeito que se identifica plenamente com a forma-sujeito dominante, o que, no caso dos Estados Nacionais, trata do sujeito patriota, ufanista, admirador da língua do seu país. A segunda modalidade de identificação subjetiva é a do "mau sujeito", nesta o sujeito se contrai-identifica com a forma-sujeito dominante. Segundo Pêcheux (2009 [1975], p. 199),

A segunda modalidade caracteriza o discurso do 'mau sujeito', o discurso no qual o sujeito da enunciação 'se volta' contra o sujeito universal por meio de uma 'tomada de posição' que consiste, desta vez, em uma separação

(distanciamento, dúvida, questionamento, contestação revolta...) com respeito ao qual o 'sujeito universal' lhe 'dá a pensar': luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno.

Este sujeito encontra-se inscrito nas resistências à forma-sujeito dominante, o sujeito diverge de saberes presentes na formação discursiva em que se inscreve. Trata-se daquele sujeito que deseja buscar uma posição melhor no Brasil, não a encontra e vai buscá-la em outros países. Este sujeito estima seu país, mas deseja mudanças, ele não se identifica com as questões políticas do país, mas não vai no sentido de uma ruptura. E a terceira modalidade é a desidentificação, na qual o sujeito rompe totalmente com a forma-sujeito dominante e se inscreve em outra formação discursiva. Esta modalidade trata daquele sujeito que despreza, rejeita seu país e busca ilusoriamente fazer parte de uma outra nação, a partir de uma imitação dos hábitos, maneiras de agir e mesmo do sotaque dos nativos.

É através dos laços de identificação com um país que se constrói o povo, ou faz o povo se (re)produzir enquanto nação, sob um efeito de unidade. Um estrangeiro, que não reconhece como suas as práticas e rituais do lugar, pode ser reconhecido como uma ameaça a essa unidade, à segurança e manutenção dos laços sociais, levando-o a ocupar um lugar pré-determinado de excluído. Segundo Koltai (2000, p. 22), "a categoria que o estrangeiro ocupa o fixa numa exclusão". A diferença trazida pelo estrangeiro incomoda, já que salta aos olhos, uma vez que as diferenças internas existem, mas são justificadas, em grande parte, pelas práticas culturais.

Nesse sentido, quando se fala em ensino de língua estrangeira, fala-se da cultura como possível de ser aprendida, no entanto são trazidos para as salas de aulas de língua estrangeira aspectos que fazem parte da tradição de um país. Como nos lembra De Nardi (2007, p. 53), é preciso não confundir cultura com tradição, pois

a leitura apressada das diferenças entre comunidades pode nos levar ao equívoco de considerá-las como o resultado de uma tradição cultural que se solidifica, fazendo-nos esquecer que os movimentos sociais e históricos estão intimamente ligados com os processos culturais.

Considera-se parte da cultura, neste caso, somente aquilo que se sedimentou, colocando os sujeitos como espectadores, a quem cabe aceitar a cultura como traços fixos que estão aí para serem observados e assimilados. Logo, o ensino da cultura serve como forma de importar, imitar comportamentos estereotipados que, como diz De Nardi (2007, p. 67), parecem "transformar o sujeito em um arremedo mal-acabado do outro".

A cultura entendida dessa forma pode resultar no mascaramento da complexidade do tema e apagamento da luta que a cultura comporta, além de contribuir para legitimar o poder, seja quando se usa a cultura para se referir a diferentes regiões ou grupos dentro de uma nação ou para se referir a diferentes nações. Podemos, então, falar de cultura erudita e cultura popular. A primeira, considerada a própria cultura, está disponível para ser apreciada e ao alcance da elite, considerando-se aqueles que não fazem parte deste grupo como sem cultura. A cultura popular pode ser considerada como uma forma de resistir à massificação da cultura e de garantir a permanência desta. Em ambos os casos, é "necessário que se veja a produção cultural como resultado dos movimentos sociais e históricos que dão a ela sustentação e que impedem de entrar no circuito alucinante e alienante da cultura industrial" (DE NARDI, 2007 p. 56).

À vista disto, esse caráter ilusório dado à cultura leva os sujeitos a se perceberem como parte de um grupo com o qual partilham dos mesmos aspectos culturais; e leva também à compreensão de que é possível aprender a cultura estrangeira a fim de garantir uma perfeita interação com os sujeitos que a ela pertencem. Esse efeito de evidência proporcionado pela cultura é ideológico, assim como é a ilusão do controle da cultura. No entanto, é necessário ressaltar o caráter dinâmico da cultura, que foge às regulamentações e que permite conceber a cultura como um lugar de interpretação, no qual subjazem as relações de poder. Esteves (2014, p. 291) denomina esse caráter dual da cultura como cultura imaginária em oposição à cultura fluida. Segundo ele, a cultura imaginária "seria aquela normatizada e imposta que não deixa espaço para a falha e para o equívoco, também impossibilitadora de deslizamentos e com ilusão de homogeneidade, estabilidade", enquanto que a cultura fluida "foge à regulamentação, que é sujeita ao equívoco e que também (se) equivoca, que possibilita que uma prática cultural possa ser outra. [...] Cultura como prática, como laço, como suporte de identificação".

Então, as formações ideológicas circunscrevem as formações discursivas determinando as práticas possíveis e as evidências que devem ser produzidas. Essas práticas representam a cultura imaginária, que modela a ideologia e funciona sob a ilusão de eternidade, de que tudo sempre foi assim e de que desta maneira deve continuar. Dessa forma, a cultura relacionada à ideologia pode agir naturalizando sentidos e verdades, mascarando, assim, as condições de produção e a luta de classes presentes nos processos discursivos, legitimando alguns sentidos ao mesmo tempo em que abafa outros. Esses sentidos abafados podem emergir, já que, conforme Pêcheux (1990, p. 17), "não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: 'uma palavra por outra' é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é

também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho". Dito isso, incluídos sob a dominação ideológica, estão pontos de resistência e de revolta.

Para finalizar

Pisar no terreno do discurso para pensar a cultura foi um desafio, desnaturalizar os sentidos já produzidos acerca desta noção, e falar de suas lacunas, suas brechas e falhas, falar da cultura como um lugar de interpretação que chama o sujeito a participar, pode gerar resistências, não somente para pesquisadores de outras áreas cujo objeto de estudo é a cultura, mas para pesquisadores da área da análise do discurso, os quais de forma ortodoxa se agarram aos conceitos deixados por Pêcheux. No entanto, enquanto analistas do discurso temos o dever de fazer a teoria avançar, como bem nos mostra Ferreira (2008, p. 246) ao dizer que "o esforço e o empenho dos analistas de discurso brasileiros (...) é o de fazer avançar a teoria, ajustando-a às determinantes sociais, históricas, culturais e políticas, de modo que ela continue produzindo resultados e respondendo a nossas demandas".

REFERÊNCIAS

- DE NARDI, F. S. *Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade*. Reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- ESCOBAR, C. H. Da categoria da cultura: do aparelho cultural do estado. In: *Encontros com a civilização brasileira*. V. 16. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
- ESTEVES, P. M. S. *O que se pode e se deve comer: uma leitura discursiva sobre o sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2014.
- FERREIRA, M. C. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. In: INDURSKY, F.; MITTMAN, S.; FERREIRA, M. C. *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- _____. *Os desafios de fazer avançar a análise do discurso no Brasil com singularidade e liberdade*. In: Desenredo. v. 4. n. 2. Passo Fundo: UPF, 2008, p. 241-249.
- GUINZBURG, C. Prefácio a edição italiana. In: GUINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das letras, 1989.
- KOLTAI, C. *Política e Psicanálise*. O estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000.
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1986.
- MARIANI, B. Sujeito e discurso contemporâneos. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009.
- ORLANDI, E. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. Ordem e organização na língua. In: *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. (1983). *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 6ª ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. (1971). Línguas, "linguagens", discurso In: ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos Seleccionados: Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

_____. (1975). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2009.

_____. Delimitações, inversões e deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 19, p. 7-24, 1990.

RODRÍGUEZ, C. A. Entre o espaço e seus habitantes. In: ORLANDI, E. P. *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

Recebido em 18/03/2018. Aceito em 06/06/2018.